



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

**Ata da 9ª Sessão Ordinária da
Câmara Municipal de Lagarto,
realizada no dia 19 de março de
2026**

PRESIDENTE: Washington da Cruz

1º SECRETÁRIO: Antônio Carlos

Aos dezenove (19) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Lagarto, situado nesta cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, sob a Presidência do Vereador Washington da Cruz e secretariada pelo 1º Secretário Vereador Antonio Carlos, foi aberta a 9ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Verificada a presença dos Vereadores: Amilton Fontes, Antônio Carlos, Carlos Eduardo, Fabiana da Costa, Fernando Batista, Genisson Fontes, Gilberto Santana, Jose Anderson, Jose Carlos, José Cosme, Josivaldo Alves, Josivan Rodrigues, Lívia Menezes, Marcelo do Nascimento, Manoela Souza e Washington da Cruz, estando ausente o Vereador Carlos José. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente colocou em apreciação do Plenário a sugestão para suspensão da leitura da ata da sessão anterior. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a ata foi colocada em votação, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente solicitou ao 1º Secretário a leitura das proposituras constantes na pauta do dia. **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:** PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 03/26, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 32/2010, referente ao Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com atualização do piso salarial e pagamento de diferenças remuneratórias. **PROJETO DE LEI:** PROJETO DE LEI nº 14/26, de autoria do Vereador Amilton Fraga Fontes, que institui o Dia Municipal dos Clubes de Aventureiros da Igreja Adventista do Sétimo Dia, a ser comemorado anualmente em 17 de fevereiro. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:** PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 03/26, de autoria da Vereadora Manoela Souza, concedendo Título de Cidadania Lagartense ao Senhor Wendel de Almeida Monteiro; PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 04/26, de autoria do Vereador Josivaldo Alves Santos, concedendo Título de Cidadania Lagartense ao Senhor Evaristo de Almeida Silva; PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 05/26, de autoria da Vereadora Manoela Souza, concedendo

Título de Cidadania Lagartense ao Senhor Jorge dos Santos Menezes Fontes; PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 06/26, que concede licença ao Prefeito Municipal e à Vice-Prefeita para se ausentarem do município e do país por até 30 dias no exercício de 2026. Foi lida ainda a Mensagem nº 13/2026, encaminhada pelo Poder Executivo, solicitando autorização legislativa para afastamento do Prefeito e da Vice-Prefeita.

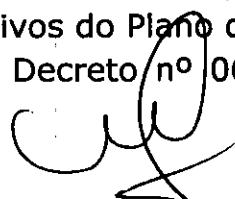
REQUERIMENTOS: REQUERIMENTO nº 030/2026, de autoria da Vereadora Fabiana da Costa, convidando a Senhora Carine Virgínio da Cruz, Presidente do Lions Club de Lagarto, para apresentar o Projeto Fênix. Aprovado. Dando prosseguimento, foi apresentado o REQUERIMENTO nº 031/2026, de autoria do Vereador Carlos Eduardo, convidando o Reitor da Universidade Federal de Sergipe, André Maurício Conceição de Sousa, para explanar sobre as ações da instituição no município. Aprovado. Na Sequência foi apresentado o REQUERIMENTO nº 032/2026, de autoria do Vereador Josivan Rodrigues, concedendo moção de congratulação ao Senhor Samuel, pela passagem de seu aniversário. Aprovado, incluindo requerimento verbal de congratulação ao Senhor Jorge da Laranja. Ainda no expediente REQUERIMENTO nº 033/2026 de autoria do Vereador José Carlos concedendo moção de congratulação à Senhora Rosângela Maria da Silva, Cláudia da Costa Santos e ao Senhor Marcelo Pereira Menezes pelos relevantes serviços sociais prestados. Aprovado.

INDICAÇÕES: Indicações nº 101 à 103/2026 – De autoria da Vereadora Fabiana da Costa; Indicação nº 104/2026 – De autoria do Vereador José Anderson; Indicações nº 105 à 107/2026 – De autoria do Vereador Antônio Carlos; Indicação nº 108/2026 – De autoria do Vereador Carlos Eduardo.

PEQUENO EXPEDIENTE. No PEQUENO EXPEDIENTE fez uso da palavra o Vereador Vereador Amilton Fontes manifestando insatisfação com o parecer jurídico contrário ao seu projeto que trata da criação de programa de combate ao bullying nas escolas municipais. Destacou a relevância do tema, relatando experiências pessoais e apontando o aumento de casos nas unidades escolares. Questionou a competência do Legislativo em legislar sobre o assunto e solicitou que o parecer jurídico fosse encaminhado ao Ministério Público para análise. Defendeu ainda a realização de audiência pública com participação de professores, autoridades e sociedade civil, criticando o que considerou incoerência na análise jurídica de projetos da Casa. Presidente Washington da Cruz esclareceu que a Câmara segue o Regimento Interno e os pareceres emitidos pela assessoria jurídica, destacando que não há intenção de barrar projetos, mas sim de garantir a legalidade das proposições. Reafirmou o compromisso da Mesa Diretora com a transparência e o bom funcionamento dos trabalhos legislativos. Vereador Anderson Silva informou que a Comissão de Constituição e Justiça segue rigorosamente os pareceres jurídicos, mas afirmou que a solicitação do Vereador Amilton Fontes será analisada, demonstrando abertura para reavaliação do caso dentro dos trâmites legais. Vereador Josivan Rodrigues, prestou solidariedade ao Vereador Amilton Fontes, afirmando que também já teve projetos questionados pela assessoria jurídica. Criticou o que considerou justificativas frágeis em alguns pareceres e reforçou a importância do Legislativo em propor matérias de interesse público. Destacou ainda o papel fiscalizador da Câmara e informou que já foram protocoladas denúncias junto ao Ministério Público sobre situações envolvendo a educação no município. Vereador José Carlos parabenizou os professores presentes e ressaltou a importância da educação. Em relação à situação do



projeto sobre bullying, destacou a necessidade de seguir o Regimento Interno e os pareceres jurídicos, mas concordou que o tema pode ser reavaliado, inclusive com consulta a outros órgãos, como o Ministério Público. Vereador Anderson Silva, saudou o s presentes e destacou sua indicação referente à instalação de passagens molhadas no assentamento Caboclo, ressaltando a importância da medida para o escoamento da produção agrícola. Aproveitou para agradecer à gestão municipal por ações realizadas, como recuperação de estradas, reativação de posto de saúde e melhorias na iluminação pública em comunidades rurais. Vereador Carlos Eduardo defendeu a retomada do programa Bolsa Família Municipal, destacando a importância do benefício para famílias em situação de vulnerabilidade. Também comentou sobre seu requerimento convidando o reitor da Universidade Federal de Sergipe para apresentar ações desenvolvidas no campus de Lagarto, ressaltando a relevância da instituição para o desenvolvimento local. Na **ORDEM DO DIA** o Senhor Presidente colocou na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 08/2026, de autoria do Vereador Amilton Fontes, que institui o Programa Municipal de Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e dá outras providências correlatas. O projeto foi colocado em discussão e votação. Com a palavra, o Vereador Amilton Fontes, que iniciou saudando a todos e destacou a relevância do projeto, enfatizando que a proposta visa implementar um programa de cuidado e valorização dos agentes de saúde e de combate às endemias, incluindo suporte com profissionais como psicólogos e dermatologistas, proporcionando maior atenção àqueles que cuidam da população. O vereador ressaltou que o projeto impacta positivamente o atendimento no SUS e reforçou a importância de cuidar dos profissionais da saúde. Em sua fala, demonstrou preocupação quanto a divergências de entendimentos jurídicos, comparando com situações semelhantes ocorridas na área da educação, onde há psicólogos efetivos no município. Questionou, ainda, os critérios adotados nos pareceres jurídicos, destacando que, embora respeite tais pareceres, isso não significa concordância automática. Afirmou que, como advogado, possui entendimento próprio, mas que, no momento, atua como vereador, exercendo seu direito de discordar. Defendeu maior transparência e participação do setor jurídico da Casa Legislativa, sugerindo que os responsáveis pelos pareceres compareçam às sessões para dialogar diretamente com os vereadores, contribuindo na construção e adequação dos projetos, inclusive com possíveis ajustes em artigos, quando necessário. Finalizou reafirmando a importância do projeto para o município, destacando que a proposta busca valorizar e cuidar daqueles que estão na linha de frente da saúde pública. o vereador Carlos Eduardo, destacando que, como membro da comissão, votou favoravelmente à matéria. Na sequência, o vereador Josivan Rodrigues manifestou-se ressaltando a importância do projeto para a categoria, declarando seu voto favorável e defendendo a soberania da comissão e, sobretudo, do plenário, mesmo diante de parecer jurídico contrário. Encerrada a discussão, o projeto foi colocado em votação, sendo aprovado em primeira discussão, com manifestação favorável da maioria dos vereadores presentes. Dando continuidade, foi colocado em votação o Requerimento de Urgência Especial nº 05/2026, de autoria da Mesa Diretora, que solicitava tramitação em regime de urgência para: Projeto de Lei Complementar nº 03/2026, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal; Projeto de Decreto nº 06/2026, que

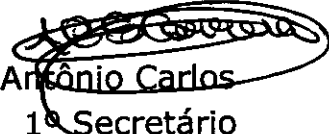


concede licença ao Prefeito e à Vice-Prefeita para se ausentarem do Estado e do País. O requerimento foi submetido ao plenário e aprovado. Em seguida, foi colocado em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 03/2026. Diversos vereadores se manifestaram: Carlos Eduardo declarou voto favorável, destacando diálogo prévio com professores; Josivan Rodrigues ressaltou a importância da valorização do magistério, mesmo sendo da oposição, e defendeu melhores condições estruturais nas escolas; Manoela de Souza comemorou a concessão do piso nacional de 5,4%, destacando o diálogo entre gestão e sindicato; Antonio Carlos destacou as dificuldades enfrentadas pela gestão, mas celebrou a conquista para os professores; Josivaldo Alves solicitou celeridade na votação em respeito às crianças presentes; Gilberto da Farinha parabenizou a valorização da categoria e destacou obras importantes no município; Genisson Fontes enfatizou os avanços na educação e o compromisso da gestão; Marcelo do Nascimento criticou gestões anteriores e reforçou a necessidade de melhorias estruturais; José Carlos celebrou o momento histórico para os professores; Amilton Fontes solicitou objetividade nas falas em respeito às crianças presentes; Livia Menezes destacou a luta da categoria e a importância da valorização docente. Encerradas as discussões, o projeto foi colocado em votação, sendo aprovado.

GRANDE EXPEDIENTE. Durante o Grande Expediente, a sessão foi marcada por falas voltadas à inclusão e conscientização sobre a Síndrome de Down, em alusão ao dia 21 de março. Representantes da Secretaria de Inclusão destacaram que a Síndrome de Down (Trissomia do Cromossomo 21) não é doença, mas uma condição genética, defendendo políticas públicas inclusivas e o fortalecimento de ações voltadas à dignidade e oportunidades. A cidadã Laís fez um emocionante relato sobre os desafios enfrentados por mães de crianças com Síndrome de Down, ressaltando a necessidade de mais preparo dos profissionais de saúde e maior atenção do poder público. A jovem Maria Clara destacou a importância da inclusão, igualdade de oportunidades e respeito às diferenças, afirmando que pessoas com Síndrome de Down possuem capacidade de estudar, trabalhar e conquistar seu espaço na sociedade. A vereadora Manoela de Souza enfatizou que inclusão é justiça social e não favor, destacando a importância de políticas públicas efetivas. A Vice-Prefeita Sueli ressaltou a importância da valorização das pessoas com Síndrome de Down, destacando o papel das famílias e do poder público na promoção da inclusão. O vereador Josivaldo Alves pediu respeito e ações concretas; Antonio Carlos destacou que a Síndrome de Down é uma condição genética e reforçou a necessidade de conscientização. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, convocando a próxima sessão ordinária para terça-feira, no horário regimental.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Lagarto – SE, 19 de março de 2026.


Washington da Cruz
Presidente


Antônio Carlos
1º Secretário